

Produzindo e Educando Mulheres Negras no Jornal *O Exemplo*: entre o espaço do lar e o direito à instrução e à emancipação (Porto Alegre, RS)

Producing and Educating Black Women in the Newspaper *O Exemplo*: between the home space and the right to education and emancipation (Porto Alegre, RS)

Maria Angélica Zubaran¹
Universidade Luterana do Brasil
angeliczubaran@yahoo.com.br

Juliana Ribeiro Vargas²
Universidade Luterana do Brasil
julivargas10@hotmail.com

Cristina Camaratta Bahia³
Rede Estadual de Ensino/RS
Colégio Marista Graças
crisbahia@yahoo.com.br

¹ Universidade Luterana do Brasil. Programa de Pós-Graduação em Educação. Avenida Farroupilha, 8001 · Bairro São José, Canoas – RS, Brasil.

² Universidade Luterana do Brasil. Programa de Pós-Graduação em Educação. Avenida Farroupilha, 8001 · Bairro São José, Canoas – RS, Brasil.

³ Rede Estadual de Ensino/RS e Colégio Marista Graças. Av. Sen. Salgado Filho, 8326 - Jardim Krahe, Viamão – RS, Brasil.

Resumo: O artigo investiga as representações e as pedagogias culturais sobre mulheres negras veiculadas pelos articulistas do periódico de imprensa negra *O Exemplo*, na perspectiva teórica dos Estudos Culturais em Educação. Trata-se de uma análise cultural, a partir de pesquisa documental no acervo digital do referido jornal. Analisa-se, particularmente, editoriais e colunas que versavam sobre mulheres entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX, no período imediato ao pós-abolição. Dentre os resultados destacamos duas possíveis direções de ensinamentos da imprensa negra sobre mulheres, no referido periódico: uma mais tradicional, que buscava restringir a mulher ao lar, às tarefas domésticas e à educação dos filhos(as) e outra, mais progressista, em favor do direito e do acesso das mulheres à instrução e à emancipação. As pedagogias culturais foram disseminadas por meio de diferentes estratégias narrativas: de um lado, a linguagem do humor, em poemas que criticavam costumes considerados indesejáveis e, de outro, a linguagem de elogios e exaltação de qualidades entendidas como ideais às mulheres no contexto do pós-abolição.

Palavras-chave: Imprensa Negra; Mulheres; Pedagogias Culturais

Abstract: The article investigates the cultural representations and cultural pedagogies about black women carried by the writers of the Black Press Periodical *O Exemplo*, in the theoretical perspective of the Cultural Studies in Education. This is a cultural analysis, based on documentary research in the digital collection of the aforementioned newspaper. It analyzes, particularly, editorials and columns that deal with women between the last decade of the nineteenth century and the first decade of the twentieth century, in the immediate post-abolition period. Among the results, we highlight two possible directions of women's teachings in this periodical: a more traditional one, which sought to restrict women to home, housework and children's education, and a more progressive one, in favor of women's right and their access to education and emancipation. The cultural pedagogies were disseminated through different narrative strategies: from one side, the humorous language, in poems that criticized customs considered undesirable and, on the other, the language of praise and exaltation of qualities understood as ideals in the context of post-abolition.

Keywords: Black Press; Women; Cultural Pedagogies

Introdução

O presente estudo investiga as representações e as pedagogias culturais mais recorrentes produzidas e veiculadas pelos redatores do jornal de imprensa negra *O Exemplo* sobre as mulheres **negras** entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Pretende-se analisar, também, como essas pedagogias foram articuladas e quais foram as estratégias narrativas acionadas pela imprensa negra para disseminar regras de comportamento e conduta consideradas ideais para as mulheres naquele contexto.

Em termos teóricos, trata-se de uma abordagem a partir dos Estudos Culturais em Educação, problematizando representações naturalizadas e buscando ampliar sentidos e significados de ser mulher naquele período histórico. Em termos metodológicos, trata-se de uma análise cultural, a partir de pesquisa documental nos exemplares digitais do acervo do jornal *O Exemplo*, mais especificamente, nos editoriais e colunas que versavam sobre mulheres, no período imediato ao pós-abolição.

Vale destacar que, no contexto do pós-abolição, acirraram-se preconceitos e discriminações raciais, dificultando enormemente a integração e mobilidade social da população negra na sociedade brasileira. Neste contexto, em Porto Alegre, o jornal *O Exemplo* denunciou preconceitos e discriminações raciais sofridos pela comunidade negra porto-alegrense no pós-abolição (Zubaran, 2008). A desagregação da ordem escravista em Porto Alegre, a partir de 1884, foi marcada pela concessão de cartas de liberdade mediante contrato de prestação de serviços, que obrigava os libertos a trabalharem para seus senhores por um período de até 7 anos, permitindo que esses continuassem a utilizá-los como força de trabalho, mesmo tendo-os declarado nominalmente livres. Portanto, a trajetória dos afrodescendentes em Porto Alegre, no período imediato ao pós-abolição, foi complicada pelos laços de dependência ocasionados pelas alforrias condicionais à prestação de serviços. Somou-se a esse processo, a entrada de imigrantes europeus no mercado de trabalho urbano, com quem os afrodescendentes concorreram de forma desvantajosa, marcados pelos estigmas da escravidão e pelas políticas de branqueamento. Nesta época, como destaca Santos (2010), a população negra de Porto Alegre, se concentrava nos arredores da Redenção, na Ilhota, no Quilombo do Areal da Baronesa e Montserrat.

No entanto, na direção apontada por Petrônio Domingues (2004) para o pós-abolição em São Paulo, pode-se destacar que, também em Porto Alegre, a comunidade negra resistiu às estratégias de controle social e ao racismo, construindo um mundo paralelo de associações recreativas, sociedades educativas e artísticas, times de futebol, blocos carnavalescos e imprensa negra. Autores como Liane Müller (1999), Irene Santos (2010) e Felipe Bohrer (2014) têm destacado as redes sociais e o associativismo negro em Porto Alegre, particularmente, a presença de sociedades negras de caráter artístico-cultural e instrutivo entre elas: a *Floresta Aurora* (1872); o *Centro Porto Alegrense* (1907); a *Sociedade Musical Lyra Oriental*

(1907); a *Sociedade Lyra Florestina* (1909); o *Grêmio Dramático Carlos Gomes* (1916); o *Grêmio Literário Dramático Arthur Rocha* (1916) e o *Euterpe Club* (1917). Nessas sociedades as mulheres negras ocuparam posições centrais como organizadoras, atrizes, musicistas e cantoras. Neste sentido, pode-se considerar que a comunidade negra de Porto Alegre, logrou organizar e manter uma vida social e cultural intensa nas primeiras décadas do pós-abolição, contrariando os postulados do racismo científico e os estereótipos consagrados aos negros entre o final do século XIX e início do século XX.

Na perspectiva teórica dos Estudos Culturais, entende-se o jornal *O Exemplo* como um artefato cultural produtor de representações e significados, que interpelava sujeitos e que os ensinava, contribuindo na construção de suas subjetividades e identidades. Conforme Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 139), tal como a educação, “outras instâncias culturais também são pedagógicas, também têm uma pedagogia, também ensinam”. Nesta direção, considera-se que a mídia impressa, mais especificamente o jornal de imprensa negra *O Exemplo*, possui uma dimensão pedagógica e também ensina como ser e estar no mundo. Esses ensinamentos são entendidos como pedagogias culturais, que no caso específico dessa análise, são endereçadas às mulheres negras e, algumas vezes, às mulheres operárias.

Viviane Camozzato, Rodrigo Saballa de Carvalho e Paula de Andrade (2016), em estudo sobre as Pedagogias Culturais, argumentam que esse conceito emergiu nos Estudos Culturais, na década de 1990, a partir da obra *Cultural Pedagogy: Arts, Education and Politics*, de David Trend que se difundiu no Brasil particularmente através das produções de Henry Giroux (1999), Shirley Steinberg e Joe Kincheloe (2001). De acordo com os autores, o conceito de Pedagogias Culturais tem nos auxiliado a compreender novas configurações do estatuto “pedagógico” atrelados a instâncias e artefatos antes não considerados como educativos, tais como a televisão, o cinema, a literatura e também a imprensa, entre outros tantos textos culturais produtores de significados.

Maria Angélica Zubaran (2016) apropria-se dos argumentos de Viviane Camozzato e Marisa Costa (2013) sobre a multiplicidade de pedagogias que adquirem proeminência nas décadas finais do século XX para destacar que essas múltiplas pedagogias já estão presentes na imprensa negra do início do século XX, nos esforços contínuos dos jornalistas afrodescendentes para conduzir e “dar forma” aos sujeitos da comunidade negra porto-alegrense.

De acordo com Zubaran (2008, p.166), o jornal *O Exemplo* foi o primeiro periódico produzido por afrodescendentes para a comunidade negra de Porto Alegre, entre os anos de 1892-1930 e foi fundado por um grupo de jovens negros, “moços esperançosos e ávidos de justiça”, que costumavam reunir-se em uma barbearia, o Salão Calixto, situado à Rua dos Andradas, no centro da cidade de Porto Alegre (RS). Entre os fundadores, encontravam-se membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Müller, 1999), funcionários públicos federais e profissionais liberais, advogados e médicos. A maioria deles se declarava católico, republicano e circulava em diferentes espaços de uma ampla rede social que incluía associações

culturais, religiosas, musicais, esportivas, dramáticas e carnavalescas. Sobre o formato e a periodicidade do jornal *O Exemplo*, Zubaran afirma que:

Era um jornal semanal, de quatro páginas, que saía aos domingos, de tiragem modesta e vendido pelos próprios editores na sede do jornal ou através de assinaturas semestrais. Após alguns anos de existência, no final do século XIX, entre 1892 e 1897, *O Exemplo* voltou a circular no início do século XX, em 5 de outubro de 1902 e manteve-se em atividade até 1905. Após um período de interrupção, reapareceu em 1908 e se manteve em circulação até 1911. A última fase se inicia com seu reaparecimento em 1916 e se encerra definitivamente em 1930 (2008, p. 166).

Quanto a dimensão pedagógica da imprensa, particularmente no que diz respeito às mulheres, estudos têm destacado o teor prescritivo e disciplinador dessas narrativas. Joana Maria Pedro (2004), em seu estudo sobre “Mulheres do Sul” destaca que ao longo do século XX, a imprensa veiculou modelos de comportamento para homens e mulheres dentro de um projeto de modernização/civilização da sociedade brasileira.

Também Guacira Lopes Louro (2004, p. 446) destaca que na educação das mulheres “a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou menores de instrução”, já que seu destino primordial era como mãe e esposa que exigia, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Como salienta Carla Bassanezi Pinsky (2012), era preciso controlar o comportamento das mulheres. Para tanto, médicos, juristas e religiosos uniram-se sob esse propósito, juntamente com a imprensa, que “como caixa de ressonância, dedicou-se a descrever os contornos desta mulher, a ‘mulher ideal’ do novo século” (Pinsky, 2012, p. 472). Também estudos sobre a mulher na imprensa negra, como os de Salvadori, Santos (2006), afirmam que os periódicos de imprensa negra buscaram a formação do cidadão exemplar através da prescrição de condutas veiculadas em diversas matérias. Conforme os autores (2006, p. 3614), os periódicos da imprensa negra:

[...] tinham um caráter pedagógico e instrutivo, pois além do forte apelo político para a tomada de uma certa consciência considerada adequada por seus editores, apresentavam em suas páginas diversas matérias relacionadas ao cotidiano de parte dessa população, o que se acredita, ter contribuído para o processo de formação de suas subjetividades [...]

Também Marina Pereira de Almeida Mello (2013), quando discute o lugar da mulher na imprensa negra paulistana, considera que os homens que escreviam naqueles jornais tinham as mulheres como alvos prediletos de vigilância e controle, direcionados particularmente à sexualidade e aos espaços que elas deveriam ou não frequentar. Destaca ainda que a dimensão de gênero se revelava na oposição entre “coisas

e lugares de homem e de mulher, na divisão dos espaços públicos e privados” (Mello, 2013, p.12). Além disso, salienta que a mulher aparece também na organização de eventos, como bailes, quermesses e leilões.

Dessa forma, entende-se que também o Jornal *O Exemplo* contribuiu para o controle e o disciplinamento das mulheres, particularmente das mulheres negras, no período imediato ao pós-abolição. Compartilhamos com Antônio Guimarães (2002) e Amanda Braga (2015), a ideia de que, no pós-abolição, a imprensa negra buscou “reeducar a raça”, apelando à moral e aos bons costumes, de acordo com os discursos higienistas e positivistas que circulavam na época, no sentido de contestar estereótipos consagrados no período anterior. No entanto, além do aspecto disciplinador e controlador, pretende-se destacar também que as narrativas de alguns redatores do jornal *O Exemplo* exerceram um papel questionador e de possível ampliação e negociação de sentidos e significados sobre a atuação das mulheres negras na sociedade brasileira no pós-abolição.

Para melhor entender as narrativas dos redatores do jornal *O Exemplo* sobre as mulheres, recorre-se a categoria de gênero, a partir do entendimento de Joan Scott (1995 p. 75), que destaca a importância do aspecto relacional dessa categoria, quando refere que: “[...] qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”. Louro (1997) também reitera que o conceito de gênero enfatiza a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas entre homens e mulheres. Neste sentido, os papéis e espaços reservados aos sexos não são naturais e inerentes mas, conforme pontua Ruth Sabat (2005), estão ligados a valores construídos socialmente.

Entre Representações e Pedagogias Culturais: como os redatores negros narraram as mulheres no jornal *O Exemplo*

As mulheres, mesmo não sendo o foco principal do jornal *O Exemplo*, foram objeto de representação em editoriais, poemas e crônicas. Pode-se dizer, apropriando-se dos argumentos de Stuart Hall (1997), que essas representações de mulheres não são meras descrições, mas são produtoras de sentidos e significados, interpelando os sujeitos e contribuindo para a constituição de suas subjetividades e identidades. Portanto, importa destacar quais foram as representações e as pedagogias culturais mais recorrentes produzidas sobre as mulheres e como foram articuladas, ou seja, de que forma e através de que modalidades narrativas, os redatores desse jornal pretenderam controlar e disciplinar o comportamento e a conduta das mulheres.

As análises indicam que os redatores do jornal articularam formas narrativas distintas de controle da conduta das mulheres. Uma das estratégias narrativas acionadas para controlar o comportamento das mulheres foi por meio de poemas e quadrinhas publicadas em colunas intituladas “alfinetadas” e “pauladas”, de forma a coibir comportamentos considerados “indesejáveis” ou “fora da norma”. A

quadrinha que reproduzimos abaixo, publicada pelo articulista que se assinava “sinhô”, ao mesmo tempo em que reforçava o casamento como “destino natural” das mulheres, lhes criticava a falta de preparo para o desempenho de tal “missão”, sugerindo que precisariam ser educadas para cumprir este papel:

Estas meninas de agora
Só cuidam em se casar;
As ceroulas do marido
Não saberão remendar.
(*O Exemplo*, 19/03/1893, p. 4).

A tentativa de regulação do comportamento sexual das mulheres também foi exercida por colaboradoras esporádicas do jornal, que assim contribuíam para “vigiar” suas iguais e combater-lhes os “deslizes”, como se pode observar no poema “Num Baile”, escrito por Celina Buz⁴ na coluna “Charadas”:

Na sala muitos pares
Dançam alegremente,
E da vida os azares
Esquecendo friamente.

Não cuidam dos esgares
Que mui seguidamente
Sem si importar com olhares,
Faz um par docemente.

Mas uma velha patusca,
Que se fez dorminhoca
E alguma coisa busca...

Diz a filha: *Milóca*,
Não deixe o primo *Juca*
Dar-lhe tanta beijoca.
(*O Exemplo*, 02/04/1893, p. 3).

⁴ Seu nome aparece citado como colaboradora do jornal, substituta do “gerente de redação” em 26/03/1893, p. 4. Infelizmente pouco se sabe sobre sua biografia.

Irene Santos destaca que em Porto Alegre “eram inúmeros os salões de baile, nos vários territórios negros da cidade de Porto Alegre, onde os negros podiam dançar e ouvir boa música, livres do assédio da polícia e da crítica preconceituosa da vizinhança” (Santos, 2010, p. 94). Salienta-se que esses espaços de sociabilidade foram fundamentais na construção de identidades negras em Porto Alegre, no contexto das primeiras décadas do pós-abolição.

Pode-se observar, nas quadrinhas do excerto citado, que ao mesmo tempo em que os redatores do jornal exerciam a vigilância sobre o comportamento feminino, as mulheres estavam também transgredindo as normas de comportamento consideradas ideais. De acordo com Marcus Carvalho (2006, p. 180), desde o final do século XIX, nos espaços privados dos bailes, as mulheres começaram a se permitir uma maior liberdade de comportamento, associada aos “hábitos franceses que começavam a se implantar” entre eles. Nas palavras do autor, “Desde os anos 1830, namorar já não era mais ser apenas ‘janeleira’ [...]. Pode-se perceber, portanto, que as mulheres se apropriaram, de forma singular, das tais ‘ideias francesas’, tão caras aos ciclos intelectuais masculinos, em que se cultivava a imagem da França [...]” (Carvalho, 2006, p. 180).

Conforme salienta Cláudia Fonseca (2004, p. 528), disseminava-se uma “mistura de imagens” que reforçavam a importância da pureza sexual, da virgindade e da castidade da mulher. Dentro desta perspectiva, as narrativas da imprensa negra pretendiam controlar a sexualidade das mulheres e reforçar a importância de manterem a virgindade até o casamento. O próprio Código Civil previa a nulidade do casamento, quando constatada pelo marido a não virgindade da noiva. Nesta direção, na coluna denominada “Pauladas”, o redator de nome Juvêncio, criticava o comportamento “indevido” de certa moça ao namorar:

[...] Existe na Rua da Figueira uma pequena que se entrega aos namoros os mais escandalosos. Assim é que com seu namorado J. conversa até a madrugada, isto diariamente. É preciso que não continue porque isto é muito feio. (*O Exemplo*, 09/04/1893, p. 3)

Em outra coluna intitulada “A Educação”, o redator Arcanio Cardolino criticava as mães de família que “descuravam” da educação doméstica de seus filhos. Os argumentos de Cardolino estavam sintonizados com os discursos hegemônicos da época, particularmente o discurso positivista, disseminado pelas elites políticas rio-grandenses e pelo Centro Positivista, que defendia que ser mãe era o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar (Pedro, 2004). Tais ideias foram disseminadas também entre as classes populares, inclusive entre a população negra local. Desta forma, pode-se entender melhor as narrativas de alguns redatores do jornal, que imbuídos desse discurso positivista, também concebiam as mulheres como educadoras dos trabalhadores do país, a partir da gestão do lar, dos filhos e do marido.

Outra estratégia narrativa utilizada pelos redatores do jornal foi homenageá-las e exaltá-las, para

assim incentivá-las a se manterem dentro das normas de comportamento hegemônicas. No artigo intitulado “Homenagem à mulher”, o jornal transcreveu uma conferência realizada pelo palestrante Leopoldino Ribeiro Álvares, representado como “companheiro” dos redatores do jornal *O Exemplo*, na sede do Grêmio José do Patrocínio, associação de caráter instrutivo da comunidade negra porto-alegrense. Segue excerto da sua palestra:

Mulher! Doce nome este que representa o símbolo de uma irmã amorosa, de uma filha dócil e carinhosa, de uma esposa ou companheira meiga e pura, de uma mãe amantíssima, e mais do que tudo isto, representa o símbolo da caridade, pelo seu coração sempre aberto à prática do bem. O papel importante e benéfico da mulher sobre as evoluções sociais é dignificador e a glorifica, fazendo-a uma santa que se impõem ao nosso respeito e à nossa veneração. A mulher é a alavanca forte e possante que nos concita e nos estimula, erguendo-nos dispostos e com a coragem para enfrentar as vicissitudes da vida. A mulher é o farol que nos lança seus focos de luz maravilhosa e benéfica, iluminando a estrada tortuosa da vida, em nossa passagem provisória pela terra. A mulher é o fluido salutar e puro que recebemos e nas ocasiões de torturas e desequilíbrios morais e materiais, vem contribuir para o retemperamento, afastando a execução de ideias perigosas e fatais. (*O Exemplo*, 01/01/1910, p. 2).

Neste excerto, observa-se que a mulher é naturalizada como intrinsecamente amorosa, dócil, carinhosa, meiga, esposa, mãe e santa, atributos que eram tradicionalmente associados às mulheres e que as limitavam ao espaço doméstico do lar. Por outro lado, a referência final do excerto, de que a mulher “vem contribuir para afastar ideias perigosas e fatais” revela também as tensões de gênero existentes na sociedade rio-grandense da época, cujo processo de urbanização e modernização resultara em uma maior convivência com a presença crescente de mulheres na esfera pública.

Também, no excerto que segue, observa-se que o articulista Ramalho Orligão reafirma o papel das mulheres como “esposas e mães”, restritas ao espaço doméstico e cujas virtudes eram a “serenidade e paciência”, que de certo modo, estavam relacionadas ao comportamento mais passivo e servil atribuído às mulheres. O articulista destacava que para a mulher cumprir sua missão, ela “dependeria de um longo e apurado estudo”.

A grande, elevada e importante função da mulher nas sociedades humanas **não é ser boticária, jornalista ou ser doutora: é ser mãe, é ser esposa**. Ser mãe e esposa é uma ciência cuja posse, como a de todas as ciências, **depende de um longo e apurado estudo**. Se é difícil saber ser mãe, é mais difícil saber ser esposa. Organizar e dirigir o interior de uma casa digna, risonha, aprazível, é tarefa que demanda uma inteligência altamente esclarecida, o gozo mais sabiamente

cultivado, os hábitos de ordem mais metodicamente estudados e mais trabalhosamente contraídos. (*O Exemplo*, 12/06/1910. p.1).

O que também se depreende desta leitura é que a relação entre os gêneros masculino e feminino era bem demarcada, constituindo espaços distintos e separados. Dessa forma, a esfera privada era compreendida como própria da mulher e a esfera pública como espaço privilegiado dos homens. Neste sentido, sublinha-se o caráter normativo da imprensa negra, no que se refere à conduta das mulheres.

Por outro lado, é fundamental destacar que, embora alguns redatores reforçassem as representações da mulher como rainha do lar, mãe, esposa e responsável pela educação de seus filhos, tais discursos não se aplicavam do mesmo modo a todas as mulheres, particularmente, às mulheres negras pobres, que realizavam diversos trabalhos que complementavam as tarefas realizadas no espaço doméstico. Portanto, apesar da rua naquela época ser considerada um espaço majoritariamente masculino, era também vivenciada pelas mulheres negras pobres, que faziam parte da cena pública. Os recortes social e racial eram, e continuam sendo, fator de diferença entre as mulheres.

Bebel Nepomuceno (2012), em seu artigo “Protagonismo Ignorado”, argumenta que no Brasil pós-abolição as “mulheres de grupos sociais e raciais distintos partiram de patamares desiguais, com determinadas situações de nítidos privilégios para umas e de exclusão para outras” (p. 383), particularmente no caso das mulheres negras pobres:

Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até inícios do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservada às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos (Nepomuceno, 2012, p. 383).

De acordo com Nepomuceno (2012), as mulheres negras, na maioria dos casos, não se enquadravam nas normativas prescritas para as mulheres brancas da elite, pois como já afirmamos, circulavam pelas ruas e trabalhavam nas mais diversas tarefas, tais como: venda de salgados e doces nas ruas, lavagem de roupas, bem como no papel de domésticas, sendo em muitos casos, responsáveis pela renda familiar. Havia ainda, aquelas que buscaram alternativas de trabalhos como pequenas produtoras independentes ou em atividades artísticas. Segundo Nepomuceno (2012. p. 387), “nos postos disponíveis para as mulheres na indústria e no comércio, a discriminação racial vigorava disfarçada pelo eufemismo da ‘boa aparência’, exigida das candidatas aos empregos”.

Vale destacar ainda, de acordo com Petrônio Domingues (2009), que as mulheres negras tiveram um papel de destaque na criação de alternativas de instrução para a comunidade negra e pobre e conseguiram

entrar no mercado de trabalho como professoras, particularmente, na educação de crianças, no magistério primário ou de primeiro grau.

Nesta direção, também Louro (2004) argumenta que não é nenhuma coincidência que o trabalho no espaço escolar começasse a se abrir às mulheres, à medida que as novas teorias pedagógicas passavam a considerar o afeto como parte facilitadora da aprendizagem e, portanto, passavam a representar o magistério como feminino, favorecendo a feminização da docência. Portanto, conforme Costa (2006) pode-se afirmar que a partir da segunda metade do século XIX, verifica-se a feminização do corpo docente primário, que passa a ser “proclamado como adequado e recomendável aos contingentes femininos”.

Na coluna do jornal *O Exemplo* intitulada “Pela instrução”, redigida por Arnaldo Dutra, colaborador do jornal, médico, ator e músico negro, pode-se observar o destaque e apoio que manifesta às “corajosas senhorinhas” que adentravam no espaço da instrução:

Um grupo de senhorinhas, tendo à frente a inteligente e incansável batalhadora Dulcinda S. das Dores, compreendendo a falta de instrução de que se recente as classes pobres, humildes, resolveu encetar uma série de conferências, a fim de conseguir que as nossas associações dramáticas e bailantes fundem aulas noturnas para aqueles que, humildes pelo nascimento, não encontraram na infância, **uma mãe caritativa, amiga, que lhes beneficiasse ajudando-os ou dando a maior riqueza que podemos aspirar – a instrução.** [...]. Por isto são dignas de elogios estas corajosas senhorinhas, que compreendendo a grande necessidade da instrução, que, desprezando este injustificado indiferentismo que existe, lançaram uma ideia tão nobre, tão elevada, que vem marcar uma nova era de engrandecimento em um meio que infelizmente vive ainda em sua mor parte, sob as trevas cruéis da ignorância (*O Exemplo*, 27/02/1910 p.1).

O excerto demonstra o envolvimento das mulheres negras na organização da instrução de seus pares e o incentivo explícito do colaborador do jornal, Arnaldo Dutra, ao direito das mulheres à instrução. Contudo, ainda se mantinha a ideia de que a mulher, a mãe, era a responsável pela instrução de seus filhos, enquanto “caritativa, amiga, dando-lhes a maior riqueza que podemos aspirar – a instrução” (*O Exemplo*, 27/02/1910 p.1). Por outro lado, a temática da emancipação das mulheres começava a ser discutida pelos redatores do jornal *O Exemplo* no início do século XX, revelando a coexistência de velhos e novos discursos e representações sobre as mulheres na imprensa negra rio-grandense.

Na coluna “A Emancipação da Mulher”, o redator *Pery* manifestava a ambiguidade do discurso da emancipação das mulheres, ao mesmo tempo em que defendia uma “emancipação civil” das mulheres, lhes interditava a “emancipação política”. Ou seja, discutia-se a emancipação das mulheres dentro de limites pré-estabelecidos. Assim, se por um lado o articulista defendia “A emancipação da mulher sob o ponto de vista moral”, argumentando que a mulher deveria “trabalhar incessantemente pela emancipação civil”, que

“será lógica e cheia de justiça na restituição dos direitos que lhe andam sequestrados”, por outro lado, argumentava contra a “emancipação política, que seria subversiva e fundamentalmente anarquizadora para a sociedade”. O redator reforçava esta ideia concluindo que “no dia em que a mulher deixar seu papel de mãe, abandonando o lar carinhoso, em troca de um lugar de promotor público ou de juiz (ah! Esse dia Deus, não permitirá que chegue!) dar-se-á uma verdadeira calamidade. Tudo pela emancipação civil e nada pela emancipação política da mulher” (*O Exemplo*, 25.11.1902, p. 1).

O debate sobre a emancipação da mulher continuou com a resposta do articulista *Tapyr*, na edição seguinte, em coluna intitulada “Carta Aberta”, assumindo de forma incisiva a defesa da emancipação política das mulheres.

Dizeis que a emancipação política da mulher seria “subversiva e fundamentalmente anarquizadora para a sociedade”; se assim é não devemos temê-la. [...] E para que seja ela uma manifestação positiva na sociedade é necessário subverter-se a ordem social – eis uma subversão utilíssima. Subvertida a ordem social hodierna, entraremos de certo em um período de mais justiça, de igualdade menos fictícia, de liberdade mais ampla – iremos então nos anarquizando – a anarquia é, segundo os que a predicam, um estado de perfeição social em que os indivíduos, independente de um governo que não seja a força de compreensão de seus direitos e de seus deveres [...]. Vemos, pois, que a emancipação política da mulher é um bem (*O Exemplo*, 02/12/1902, p. 01).

O excerto, redigido provavelmente por um simpatizante do anarquismo, revelava um deslocamento das concepções tradicionais sobre as mulheres e subvertia o discurso hegemônico da época, ao defender a emancipação política das mulheres. Na época, o anarquismo foi uma opção política acionada particularmente por setores das classes populares, operários, a maior parte imigrantes de origem italiana e seus descendentes, que pregavam a subversão da ordem social e, algum deles, que defendiam uma posição mais progressista a respeito do papel das mulheres na sociedade.⁵

Por último, recorremos mais uma vez, a escrita do articulista “*Tapyr*”, quando destacava a “horrível” condição das mulheres operárias e de seus filhos, em uma narrativa marcada pelo discurso médico-higienista e por um posicionamento inovador que propunha a emancipação social das mulheres:

Ah! Mais horrível, porém, é pensar-se que nessa época em que a mulher ainda não é emancipada, as infelizes proletárias são obrigadas a abandonar a prole para irem às oficinas ganhar o pão para

⁵ Para detalhes sobre anarquismo e educação conferir Silvio Gallo (2007) e Norma Correa (1987). Sobre a história do anarquismo no RS, consultar: Ademar Lourenço da Silva Junior (2004), Isabel Bilhão (1999), Evangelia Aravanis (1997), Sílvia Petersen e Elizabeth Lucas (1992).

elas e para essa prole infeliz! Mais horrível ainda é pensar que o míngua salário dessas infelizes mulheres não basta para pagar o que exigem as casas de maternidade, os asilos regulares da infância e são as crianças desde pequenas entregues muitas vezes ao vício – iniciadas no crime. Esta desorganização orgânica, esta iniquidade legal da sociedade em que vivemos é que é condenável. Se pensarmos ainda quanto o espírito metódico, altamente econômico da mulher seria útil à administração do país, não podemos deixar de desejar a sua completa emancipação social! (*O Exemplo*, 02/12/1902, p. 01).

O redator finalizou sua resposta crítica ao amigo e confrade *Pery*, comparando a emancipação das mulheres brasileiras à Revolução Francesa:

Reportemo-nos ao passado e juntos veremos os homens vítimas do mal que hoje vitima a mulher: um rei sobre os nobres e os nobres sobre o povo; suseranos sobre vassallos e vassallos sobre a massa de peões e por sua vez suseranos; nobres e suseranos “senhores de barões e cutelo” e o povo sem direitos, como a mulher de hoje. Veio a revolução francesa e o que era ontem natural – a submissão do povo – é hoje um aviltamento. Não tarda, pois a raiar o 1889 para a mulher, porque a humanidade tem sede de justiça e necessita desta grande conquista, tão moral quanto natural, porque a mulher como uma célula do organismo social não deve ter cerceado nenhuma de suas funções (*O Exemplo*, 02/12/1902, p. 01).

As historiadoras Pinsky e Pedro (2012) afirmam que o movimento da emancipação das mulheres surgiu na modernidade, particularmente no final do século XVIII e início do século XIX, redesenhando as experiências femininas. Para as autoras, mesmo que alguns afirmem que este período foi o “ponto mais baixo dos poderes e oportunidades das mulheres [...] por outro lado, viu florescer o feminismo e a ação das mulheres em diversos movimentos sociais” (p. 265, 266).

Vale destacar que no início do século XX, o jornal *O Exemplo* anunciava na coluna “de Tudo”, o aparecimento de um semanário “feminista” *O Ecrínio*, demonstrando o protagonismo das mulheres na redação de um jornal “consagrado aos seus próprios interesses” e cuja direção e propriedade também eram exercidas por mulheres como veremos a seguir.

Temos sobre a mesa de trabalho o nº. 1 de “O Ecrínio”, semanário consagrado aos interesses da mulher. **“O Ecrínio” ora aparece da tipografia que acaba de adquirir, e isso atesta que as mulheres entre nós já se não conformam com a posição de ancilas⁶ das ditas obrigações domésticas e se vão congregando no intuito de conquistarem uma posição social consoante o**

⁶ Escrava, serva, coisa que auxilia outra.

seu estado intelectual. (...) Amanhã, quando o ideal entre nós nascente da emancipação da mulher tenha amadurecido, “O Escrínio” será mais radical; assim o pensamos como filhos de um século em que a mulher não pode ser mais a escrava do Oriente, nem o objeto de luxo da civilização cristã, mas o ser pensante, ativo e capaz que reclama e luta pela conquista de todos os direitos que a sociedade tem dado ao homem. Avante, pois, colega! (*O Exemplo* 02/12/1902).

Novas notícias sobre *O Escrínio* foram localizadas na edição do jornal *O Exemplo* de 1909, que informava sobre seu reaparecimento em forma de revista.

Em forma de revista reapareceu o bem elaborado hebdomadário “O Escrínio” pujante atleta intelectual do feminismo rio-grandense. “O Escrínio” tendo como sempre competente direção de sua proprietária a jornalista mais operosa e perseverante da atualidade **Andradina de Oliveira**, surge revigorado com um núcleo de colaboradores cujos nomes aclaram com a fulgurante nomeada os novos horizontes da utilíssima publicação. Gratos pela visita do 1º número com que fomos distinguidos (*O Exemplo*, 28/09/1909, p. 2).

Também no ano de 1910, os articulistas do jornal voltaram a mencionar “a apreciável revista *O Escrínio*”, destacando “o lugar honroso que o Rio Grande do Sul conquistou no campo intelectual” em comparação aos demais estados do país e salientando que *O Escrínio* e as mulheres redatoras desta revista também se interessavam pela questão da educação (*O Exemplo*, 27/03/1910. p.1). Desta forma, observa-se que esses redatores negros reconheciam explicitamente o importante papel da imprensa feminista e das mulheres na instrução, demonstrando possíveis solidariedades entre homens e mulheres da comunidade negra porto-alegrense e entre a imprensa negra e a imprensa feminista.

Considerações Finais

Além da manifesta estratégia de reeducação da comunidade negra e de normatização de comportamentos femininos, os redatores negros também produziram e fizeram circular representações alternativas sobre as mulheres, o que nos permite entrever tanto a presença de tensões como de possíveis solidariedades na relação entre homens e mulheres da comunidade negra porto-alegrense e na imprensa negra.

Aponta-se a coexistência de pelo menos duas possíveis direções de ensinamentos da imprensa negra sobre as mulheres no jornal *O Exemplo*: uma mais tradicional, que buscava restringir a mulher ao lar, às

tarefas domésticas e à educação dos filhos (as) e a outra, mais progressista, em favor do direito e do acesso das mulheres à instrução e à emancipação. Neste sentido, os argumentos produzidos e disseminados pelo jornal revelaram a coexistência de velhos e novos discursos e representações sobre as mulheres na imprensa negra, instaurando uma disputa de representações que oscilaram, de forma ambivalente, entre o papel de rainhas do lar e o direito à instrução e à emancipação.

Entende-se que os sentidos e significados específicos do discurso normativo sobre as mulheres no contexto do jornal *O Exemplo* foram possivelmente construídos como uma forma dos redatores negros se contraporem aos estereótipos e representações negativas construídos sobre as mulheres negras desde o período escravista e também como uma estratégia de integração social dessas mulheres na sociedade branca, particularmente no mercado de trabalho, onde continuaram predominando nos serviços domésticos, “por conta dos critérios raciais de seleção dos empregadores, combinado com os ideais de branqueamento do Estado brasileiro da época e disfarçados pelo eufemismo da “boa aparência” (Nepomuceno, 2012, p. 385).

Quanto as possíveis razões da coexistência desses diferentes discursos, pode-se considerar que possivelmente estavam atrelados aos distintos discursos e projetos políticos que circulavam nessa época, entre eles, os do positivismo republicano e os de operários anarquistas, com quem os membros do jornal conviviam em eventos e associações e com os quais possivelmente desenvolveram laços de solidariedade.

Observa-se ainda, que os ensinamentos ou pedagogias culturais sobre as mulheres no jornal *O Exemplo* foram acionados por meio de estratégias narrativas distintas: de um lado, o uso da linguagem do humor em poemas, criticando os costumes considerados indesejáveis e, de outro, a narrativa elogiosa e de exaltação das qualidades tradicionalmente associadas às mulheres.

Por último, destaca-se que o tratamento desse tema sugere uma grande potencialidade analítica para ser aprofundada em trabalhos futuros no cruzamento de questões raciais, de gênero e de trabalho na experiência do pós-abolição, no contexto do Brasil meridional.

Referências

- ARAVANIS, E. 1997. *Uma utopia anarquista: o projeto social dos anarquistas do periódico A LUTA e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. 178 p.
- BILHÃO, I. 1999. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário*. Porto Alegre (1906-1911). Porto Alegre, EDIPUCRS, 117 p.

- BOHRER, F.R., 2014. *A Música Na Cadência Da História: Raça, Classe e Cultura em Porto Alegre no Pós-Abolição*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 234 p.
- BRAGA, A. 2015. *História da Beleza Negra no Brasil: discursos, corpos e práticas*. São Carlos, EdUFSCar, 273 p.
- CAMOZATTO, V.C.; CARVALHO, R. S.; ANDRADE, P. D. 2016 (eds.), *Pedagogias Culturais: a arte de produzir e viver na contemporaneidade*. Curitiba, Appris, 209 p.
- CAMOZZATO, V. C; COSTA, M. V. 2013. Vontade de pedagogia – pluralização das pedagogias e condução de sujeitos. *Cadernos de Educação da UFPel*, (44):22-44.
- CARVALHO, M. F. M. 2006. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: L. NEVES; M. MOREL; T. FERREIRA, (eds.), *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, DP&A/FAPERJ, p. 176- 199.
- CORRÊA, N. E. 1987. *Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 152 p.
- COSTA, M. V.2006. *O Magistério na Política Cultural*. Canoas, Ed. Ulbra, 264 p.
- DOMINGUES, P. 2004. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo, Ed. Senac, 400 p.
- DOMINGUES, P. 2009. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisa em educação*, São Paulo: Autores Associados, **39** (138): 963-994
- FONSECA, C. 2004. Ser mulher, mãe e pobre. In: M. PRIORE. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 510-553.
- GALLO, S. 2007. *Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas. 268p.
- GUIMARÃES, A.S.A. 2002. *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Editora 34, 231 p.
- GIROUX, H. 1999. Redefinindo as fronteiras da raça e da etnicidade: além da política do pluralismo. In: H. GIROUX. *Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação*. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 133-174.
- HALL, S. 1997. The Spectacle of the ‘Other’. In: S., HALL. *Representation, cultural representations and signifying practices*. London, Sage/Open University. p. 225-290.
- LONER, A, B. 2012. Trajetórias de “setores médios” no pós-emancipação: Justo, Serafim e Juvenal. In: Xavier, Regina Célia Lima. *V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: Temas, Problemas e Perspectivas de Análise*. Porto Alegre, 2011, p. 417- 442.
- LOURO, G.L. 2004. Mulheres na sala de aula. In: M. PRIORE. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 443-481.

- LOURO, G.L.1997. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Vozes, 184 p.
- MELLO, M. P. de A. 2013. O lugar da mulher na Imprensa Negra Paulistana (1915-1924). *Cultura Histórica & Patrimônio*, 1, (2):130-151.
- MÜLLER, L.S. 1999. “As contas do meu rosário são balas de artilharia”- Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. 252 p.
- NEPOMUCENO, B. 2012. Protagonismo ignorado. In: C. PINSKY; J. PEDRO. (eds.), *Nova História da Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 382-409.
- PEDRO, J.M. 2004. Mulheres do Sul. In: M. PRIORE. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 278-321.
- PETERSEN, S. R; LUCAS, M. E. 1992. *Antologia do movimento operário gaúcho, 1870-1937*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS/Tchê, 488 p.
- PINSKY, C. B. 2012. A era dos modelos rígidos. In: C. PINSKY; J. PEDRO. (eds.), *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 469-512.
- SABAT, R. 2005. Gênero e sexualidade para consumo. In:G. LOURO; J. FELIPE; S.GOELLNER (eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. 2 ed. Petrópolis, Vozes, p.148-159.
- SALVADORI, M. A. B.; SANTOS, P. S. 2006. Cidadania e Educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo (1915-1933). In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, Uberlândia, 2006. Anais. Uberlândia, UBE, 3612-3622.
- SCOTT, J. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. 20 (2): 71-99.
- SANTOS, I. 2010. *Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre, p. 128.
- SILVA JÚNIOR, A. L. 2004. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (Rio Grande do Sul- Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. 574 p.
- SILVA, T. T. 2014. A produção social da identidade e da diferença. In: T. T. Silva S, Hall, K. Woodward (eds.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, Vozes, p.73-102.
- STEINBERG, S.; KINCHELOE, J. 2001. *Cultura Infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 415 p.
- TREND, D. 1992. *Cultural Pedagogy: Art, Education, Politics*. New York, Bergin & Garvey. 178 p.
- ZUBARAN, M. A. 2008. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90 – UFRGS*, 15 (27):161-187.

ZUBARAN, M. A. 2009. A Invenção Branca da Liberdade Negra: Memória Social da Abolição em Porto Alegre. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. **6**, (3):1-16.

ZUBARRAN, M.A. 2016. Pedagogias da Imprensa Negra: Entre fragmentos Biográficos e Fotogravuras. *Educar em Revista*, **32**, (60): 2015-229.

Submetido: 07/09/2017

Aceito: 19/03/2018